

**LEI Nº 5.242, DE 19 DE MARÇO DE 2024.**

**“Autoriza o Poder Executivo efetuar repasses voluntários de recursos financeiros à entidade que especifica, e dá outras providências.”.**

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar repasses voluntários de recursos financeiros, no exercício de 2024, à entidade adiante discriminada, nos valores especificados;

Entidade	CPNJ	Valor (R\$)
Associação de Artesão de Iturama/MG.	08.817.194/0001-24	R\$ 21.600,00

**Art. 2º.** O repasse da subvenção a entidade de Associação de Artesão de Iturama/MG, serão divididos em 11 parcelas, sendo que 10 parcelas no valor de R\$ 1.963,00 (um mil novecentos e sessenta e três reais) e a de dezembro no valor de R\$ 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais) com início em fevereiro e término em dezembro de 2024.

**Art. 3º.** Os repasses dos recursos financeiros autorizados por esta Lei serão liberadas mediante a observância das regras constantes na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº. 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

**Art. 4º.** A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na legislação, além de prazos e normas de elaboração constante do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

**Órgão: 02** – PODER EXECUTIVO

**Unidade: 18** - FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO

Sub-Unidade: **01**-PATRIMONIO CULTURAL

**Função: 13** – CULTURA

**Sub- Função: 392** – DIFUSÃO CULTURAL

**Programa: 100**– CULTURA

**Projeto/Atividade: 2.0.261** – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

**Elemento da Despesa: 3.3.50.43.00.00** – Subvenções Sociais

Ficha - **618**

**Fonte de Recurso - 01.0500.0000.0000** – Recursos Ordinários Não Vinculados a Impostos.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de fevereiro de 2024.

Iturama-MG, 19 de março de 2024.



**CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS**  
*Prefeito do Município de Iturama/MG.*

**Autor:** Poder Executivo.